

O sinal do Citicorp

A DECISÃO do Presidente do Citicorp, de dobrar o montante das reservas do banco, aumentando-as em US\$ 3 bilhões, deixa transparecer uma nítida previsão: se não podem ainda ser dados como perdidos créditos feitos a grandes devedores, como o Brasil (US\$ 4,6 bilhões, que correspondem a 34,1 por cento do capital primário do Citicorp), é certo que estes não pagarão, a curto e médio prazos, sequer os juros da dívida.

FOI UMA medida habilidosa de administração, muito mais que um simples expediente técnico-contábil: ela evita, pelo menos por ora, o desgaste de um confronto com os devedores, registrada a insolvência destes nos balanços; e, simultaneamente, se antecipa às pressões dos acionistas do Banco, indiferentes ao processo de decisão política da direção, mas ciosíssimos de seu patrimônio e lucros.

NA REALIDADE, aumentando suas provisões, o Citicorp preveniu-se e fortaleceu-se: preveniu-se contra eventuais perdas e, conseqüentemente, fortaleceu-se em capacidade de barganha face aos devedores, quer se trate de negociar débitos vencidos, quer se trate de discutir futuros investimentos — o "dinheiro novo" por que suspiram devedores como o Brasil. Esses terão pela frente, doravante, um interlocutor bem menos vulnerável a surpresas como a da moratória técnica decretada pelo Brasil em fevereiro.

O NOVO recurso da direção do Citicorp, ao alcance também de outros grandes credores do Brasil, impõe-nos a contrapartida de outra política e outra conduta para as negociações às quais as duas partes felizmente permanecem ainda abertas: se, do lado dos credores, há um ganho notório de fôlego, o que se recomenda aos devedores é que partam também para a elaboração de estratégias de longo alcance e que se desiludam, de vez, de provocar situações de emergência ou im-passe.

ESSAS estratégias empenharão em especial o trabalho em curso da Constituinte. É mais que natural que, para negociar, queiram os credores conhecer de antemão sob que gênero de ordem econômica irá viver o Brasil. Não basta, por exemplo que se acene, como saída da crise, com a conversão de parte da dívida em investimento ou capital de risco; nem há como se enganar quanto à disposição de fazê-lo, por parte dos credores: sem previsão da ordem a vigorar, nada feito; sem noção de como será tratada a iniciativa privada e o capital externo, permaneceremos onde estamos.

ALÉM DESSA garantia de estabilidade a que um mínimo de bom senso e competência administrativa estão sempre atentos, há uma outra, também fundamental: a da continuidade político-administrativa. Não há

Decisão Externa
negociação a entabular onde há uma cacofonia de vozes dissonantes em torno da política econômica oficial; onde um Presidente do Banco Central entra e sai, num período de escassos dois meses; onde se fantasia que um Ministro da Fazenda deva ser uma espécie de refém do respectivo partido; e, sobretudo, onde se trata da duração do mandato do Chefe do Governo e do Estado submetendo-o a um clima de ameaças bem próximo de uma chantagem política.

OS INTERLOCUTORES da dívida em crise se preparam para um futuro longo, grave e árduo. Não devemos confundir as medidas que tomam em sua própria defesa como sinal de que a negociação atingiu o ponto do impasse intransponível. Os bancos credores continuam a ser os "nossos" bancos, da mesma forma que permanecemos os "seus" clientes. O interesse em superar a crise é recíproco, e com esta convicção deveremos enfrentar todas as etapas do diálogo.

POR OUTRO lado, encarar a decisão do Citicorp sem alarme exagerado não é sinônimo de tranquilidade irresponsável. A necessidade de apresentar ao resto do Mundo uma imagem realista de coerência, continuidade e ação positiva permanece como imprescindível e urgente.

É MAIS QUE hora de despertar para o real: o Citicorp deu-nos o sinal.